

MEMÓRIA TEXTUAL E IDENTIDADE CULTURAL*

Amos Segala**

RESUMO

Considerando o diálogo intercultural apoiado em documentos que fundam uma nova universalidade, o estudo dos manuscritos revitaliza potencialidades esquecidas na cultura e na história da humanidade. Daí a importância do texto escrito, não só para a compreensão das humanidades greco-latinas ou da espiritualidade judaico-cristã, como para a recaptura de raízes americanas na sociedade asteca.

Unitermos: manuscritos – nacionalidade – diálogo intercultural – textos gregos e Renascença – escrita asteca – conquista espanhola – edições críticas.

Este fim de século XX destaca-se pela atenção especial dirigida à preservação, ao inventário e à análise dos testemunhos que definem a identidade dos povos, como se a rapidez frenética das inovações tecnológicas levasse, em um movimento de auto-defesa e retorno às origens, a proteger os componentes de um patrimônio e de uma memória a um tempo essenciais e perecíveis.

A salvaguarda e o tratamento científico dos manuscritos de autores contemporâneos não dizem respeito apenas aos estetas ou especialistas, mas ao conjunto das sociedades de que estes manuscritos são expressão metafórica, signos de identidade.

Constitui malentendido bastante difundido o de classificá-los como parte de uma herança e de uma acumulação patrimonial estática, em vez de os apreender pelo que são efetivamente, a saber, uma fonte dinâmica que catalisa e projeta para o futuro os itinerários de que são o vestígio tangível. Sua conservação e seu estudo não poderiam de modo algum derivar de um feti-

* Tradução do francês de Elisa Angotti-Kossovitch. Doutora em filosofia, Prof^a de Antropologia da Educação na Faculdade de Educação da UNICAMP.

** Prof. de Literatura Espanhol-Americana na Universidade de Paris X, Nanterre. Secretário Geral da Associação Archives e Diretor da Coleção Arquivos.

chismo arqueológico retrospectivo, mas de uma ordem de responsabilidade e de um projeto que orientam e fundam nossas escolhas prospectivas.

A degradação, a perda ou a despossessão desta parte do patrimônio cultural pelos países e regiões que a descaram – por falta de meios ou de sensibilidade específica – criam uma situação grave de conseqüências tanto dentro desses países como em suas relações com o resto do mundo.

Impõem-se duas considerações:

- O século XX é um cadinho extraordinário em que se depuraram, numa aceleração histórica sem precedente, os desafios ideológicos, políticos e culturais que vão engendrar o mundo de amanhã;
- pela primeira vez na história da humanidade, escritores, intelectuais e pensadores, provenientes de todas as regiões do mundo emergiram simultaneamente na cena internacional.

Os dois fenômenos, por si sós, justificariam a necessidade de estabelecer um diálogo inter-cultural a partir dos documentos que fundam a nova universalidade. Assim, poderíamos melhor apreender o sentido e as circunstâncias de nosso presente e melhor assumir as interrogações sobre nosso futuro.

É de reconhecimento unânime que o desenvolvimento, não apenas cultural, de cada país não pode embrenhar-se senão no enraizamento dialético no âmago de sua autenticidade. Os manuscritos e todos os documentos que lhes dizem respeito restituem com grande fidelidade o desenrolar-se efetivo da história cultural. Esta chega a nós freqüentemente deformada quer porque não possuímos todos os elementos de sua reconstituição, quer porque os canais que a transmitem obedecem a orientações, a manipulações que a falseiam, ou a apresentam numa seqüência e circunstâncias tão inexatas que lhe modificam o sentido e a estrutura.

A utilização científica dos manuscritos e a circulação de suas micro-reproduções estabelecem canais a um tempo novos e confiáveis, de compreensão e de apreciação mútuas dos valores culturais dos diferentes países.

Esta conservação fornece assim a possibilidade material de inaugurar um diálogo entre as diferentes regiões do mundo, fundado na realidade efetiva de sua cultura respectiva e não em estereótipos, como ocorre atualmente com demasiada freqüência. A descompartimentação, o realinhamento, a nova imagem do mundo que daí surgirá serão os elementos não negligenciáveis em nossa história de amanhã.

Os manuscritos de autores contemporâneos não decriptam apenas o que fomos – ou o que somos – mas interpelam-nos sobre o que queremos ser. Revitalizam potenciais ignorados ou desprezados de nossa especificidade cultural e histórica.

AS LIÇÕES DO PASSADO: LACUNAS E DISCORDÂNCIA

Este tema, vasto e inquietante, pode também ser abordado por um outro viés, por um outro olhar: o da história, espelho impiedoso e irreversível da mutilação e da indiferença. A história empresta-nos, na ocorrência, luzes, pedagogicamente apropriadas, para levar em conta heranças desaparecidas, manipuladas – e melhor delimitar, por homologia, o que está em jogo nesta nova “campanha”.

Faremos inicialmente referência a duas situações bastante conhecidas dos especialistas que ordenaram, e ordenam, nossa apreciação de dois *mo-*

numentos da cultura universal: os textos em que se encarnam as humanidades greco-latinas e os da espiritualidade judaico-cristã.

Quanto ao primeiro caso constatações impõem-se:

- as lacunas de seus testemunhos (17 peças de Eurípedes dentre as 80 que lhe são atribuídas, apenas 80 versos de Safo da numerosa produção que menciona a coletânea da Antologia Palatina, atribuições de textos a autores improváveis e/ou legendários) que produzem um discurso crítico mutilado e conjectural;
- as reviravoltas que este mesmo discurso autoriza pela intervenção historicamente datável de um suplemento significativo de documentos confiáveis.

A historiografia helenística erudita, principalmente os escoliastas, referiam obras, cronologias, temas de que encontramos poucos vestígios no discurso concreto que os Manuscritos dos autores citados nos dizem. Nessas condições, forçoso é admitir que os balanços que os manuais nos oferecem são, e permanecerão para sempre, provisórios uma vez que eles (mas quais?) nos faltam e que, se os conhecêssemos (vã esperança), seríamos levados a outras conclusões, ou às mesmas, com argumentos mais sustentados e não apenas indiciadores ou em débito para com a tradição. Podemos de algum modo verificar esta afirmação se nos recordarmos das reviravoltas hermêuticas que provocou o acesso a "novos manuscritos" quando, no século XV, os sábios bizantinos fugiram de Constantinopla e levaram em sua bagagem um número considerável de textos de Platão, Aristóteles e da grande literatura grega do século V. Desse contato ampliado e textualmente seguro, os eruditos de Florença, Roma, Pádua, Bolonha, Veneza e Nápoles estabeleceram as premissas, as fundações conceituais de uma revolução cultural, o Renascimento, que iria em breve perturbar a Europa inteira e lançar as bases dos tempos modernos.

Sem esta obra de salvaguarda, transcrição e tradução, prévia filológica incontornável, o Renascimento não teria encontrado seus pontos de ancoragem e seus inúmeros pontos de partida autônomos. A Itália e a Europa do *Quattrocento* inauguraram a modernidade quando puderam recolher e reatualizar a herança greco-latina que a sociedade medieval havia deixado na periferia de seus interesses por razões, também, de acessibilidade técnica dos textos que o definiam e porque ela funcionava sobre estereótipos (o de Virgílio, por exemplo) bastante afastados da realidade dos textos clássicos.

Esta herança foi freqüentemente interpelada, mas constata-se que toda evolução/revolução crítica é precedida por, e acompanhada de, um contato mais aguerrido, mais afinado com os manuscritos. Pense-se nas pesquisas sobre os poemas homéricos, completamente renovados, quando houve interesse em interpretar os aspectos pré-helênicos de sua língua, enunciados de modo claro nos manuscritos ou na dimensão ideológica (e estética) de Píndaro, proposta pelo polonês Turyn graças ao estabelecimento de uma nova "lectio" e organização das *Odes*.

Para a textologia vétero e neo-testamentária, o recurso aos manuscritos torna-se muito mais delicado, pois que ordena opções teológicas diferentes e às vezes discordantes, como bem ilustrou um artigo doravante célebre de Alberto Melloni.

Os dois exemplos são conhecidos, mas quisemos citá-los porque se igno-

ra com freqüência que à montante das “novas” interpretações está um preconceito, uma escolha filológica que as suscitam e às vezes autorizam. Trata-se de casos de figura em que as lacunas e as discordâncias textuais condicionam a exegese. Há também outros exemplos, talvez menos familiares, mas igualmente graves de conseqüências que a proximidade de 1992, Vº Centenário do encontro dos mundos americano e europeu, tornam particularmente atuais.

AS LIÇÕES DO PASSADO: A DESTRUIÇÃO E O ECLIPSE

O desaparecimento puro e simples da herança manuscrita direta do México antigo, a obra de coleta documental e de interpretação realizada pelas Ordens monásticas (sobretudo os Franciscanos) durante os primeiros 50 anos de dominação da coroa espanhola, o eclipse quase total, durante 400 anos desses documentos, sua reexumação incompleta, fragmentária, orientada, do mesmo modo que a revolução que acarreta hoje seu estudo científico, eis uma cadeia semântica que através de suas infelicidades, distorções e promessas revela os lances dramáticos de um discurso sobre a salvaguarda da memória escrita dos povos.

Tratando-se de uma história cujos ensinamentos afetam por homologia não só os especialistas, mas dizem respeito sobremaneira à situação e às perspectivas de tantos países, parece útil retrazar-lhes sucintamente as etapas essenciais.

A PALAVRA ESCRITA NA SOCIEDADE ASTECA

Os Mexicas tinham uma noção muito particular da palavra, notadamente da palavra escrita. Eis porque, ao definir o sábio por excelência diziam:

“El sabio: una luz, una tea, una gruesa tea que no ahuma, un espejo horadado por ambos lados, suya es la tinta negra y roja, de él son los codices él mismo es escritura, y sabiduría, es camino, es guía veraz, para otros, conduce a las personas, a las cosas, es guía en los negocios humanos...”¹

No momento de oferecer seus filhos ao Calmecac, uma das recomendações mais importantes dos pais era:

“Toma cargo de la tinta negra y roja, del color de los libros, de las pinturas. Colocate en la cercanía en la proximidad de los prudentes y del sabio... He aquí la voz completa, la palabra completa, la expression de nosotros los viejos, las viejas...”²

A palavra escrita era, pois, o lugar em que se encarnava a tradição retrospectiva e prospectiva do grupo. Pomar escreve que, após a destruição

(1) N. da T.: Códice Matritense de la Real Academia, ed. facsimilar de Don Francisco del Paso y Troncoso, vol. VIII, últimas linhas do fol. 118r. e primeira metade de 118v; API, 8.

(2) N. da T.: idem, ibidem.

dos arquivos de Nezahualpilli, em Tezcoco,

“hoy dia lloran sus discendientes con mucho sentimiento, por haber quedado como a escuras, sin noticia ni memoria de los hechos de sus pasados”.³

Os Códices, os livros, a palavra escrita eram por conseguinte o equivalente semântico, a tradução visível e legível dos mecanismos passados, presentes e futuros do universo, tanto no horizonte cósmico, quanto no da cidade, do bairro e do lar doméstico. Faziam parte dos meios utilizados para soldar e orientar a comunidade e, por conseguinte, dos aprendizados rituais das classes superiores. A Palavra tinha um passado, uma história que coincidia com a da cidade de que era o vestígio, legitimadora e paradigmática.

É por isso que a invenção da escrita é atribuída pelos Astecas a Quetzalcoatl, sua conservação e interpretação são, não só essenciais para as futuras gerações, como também estabelecem a identidade ontológica do grupo. A ausência ou privação das escrituras, *la pintura negra y roja* dos códices não significam a lamentável, mas no fim das contas substituível, indisponibilidade de um meio de comunicação, mas o próprio desmoronamento da Cidade. Pois sem memória do passado, e sem possibilidade de reconhecer e dizer a posição cosmológica e social do indivíduo e do grupo, bem como as coordenadas essenciais de seus equilíbrios e das ameaças que os espreitam, a vida perde seu sentido; é cortada da trama misteriosa, mas reveladora, de seus laços, positivos e negativos, com as forças que povoam e comandam o universo. Graças às escrituras, tudo se esclarece, explica-se e pode ser orientado. Eis porque a função escritural é uma função sagrada e ritual; seus componentes materiais (o papel e as tintas) ressaltam das mesmas referências e conotações mágicas, do mesmo sentido simbólico que o ouro, as plumas, os jades, elementos que, além de sua designação terrestre primeira, significam realidades de outra ordem. A palavra asteca nunca será portanto uma palavra leiga mesmo nos momentos mais funcionais e menos coletivos de sua emissão.

A TRADUÇÃO EM GRAFIA LATINA DA PALAVRA ASTECA

O contato a nível da linguagem entre Espanhóis e Astecas foi tão grave de conseqüências quanto o das armas. Com efeito, Cortés, dispondo de um sistema, mesmo rudimentar, de interpretação, pôde orientar sua estratégia, evitar qualquer resistência e possuir, primeiro, conceitual e, em seguida, militarmente, um Império de que um dos apoios fundamentais era, visto-lo, uma cadeia semântica que interligava de modo solidário passado, presente e futuro.

Conhecer os arcanos desta cadeia, substituir seus referentes pelos da fé cristã, utilizar seus maravilhosos aprendizados, seus signos expressivos admiravelmente adaptados às classes de que eram a expressão, tais foram a preocupação maior, o programa da conquista espiritual que as Ordens inau-

(3) N. da T.: POMAR, Juan Bautista – Relación de Texcoco, in Nueva Colección de Documentos para la Hist. de México; J. García Icazbalceta, Mexico, 1851.

guraram com uma rapidez, eficácia e espírito científico admiráveis. As línguas indígenas foram um elemento fundamental para a penetração da ideologia vinda da península ibérica, e a língua da conquista foi a do povo conquistado.

Em virtude do princípio de que o inimigo podia ser melhor combatido e desmascarado na medida em que fosse melhor conhecido, os Espanhóis esforçaram-se, por meio de um trabalho etnográfico, lingüístico e histórico absolutamente admirável, em fazer o inventário de uma civilização, que a guerra, a economia, a administração e a Real-Politik obstinavam-se em destruir.

A tradição quer que o Padre Pedro de Gante, primo de Carlos V, vindo da Espanha para o México com os primeiros Franciscanos, tenha sido quem inventou um sistema de tradução do nahuatl para o alfabeto latino. Considerado com justeza como um instrumento de principal importância para o ensino da nova fé e para o conhecimento *ad refutandum* da cultura indígena, o uso, a transcrição e a análise das estruturas gramaticais e do léxico nahuatl tornaram-se um dos pontos fortes das preocupações franciscanas, primeiro, e jesuíticas, depois. Pode-se dizer, sem temor de trair o móvel primeiro de suas pesquisas, engenhosas, antecipadoras, admiravelmente coordenadas, que a preocupação lingüística está na origem de quase todas as grandes obras de etnografia que são doravante admiradas no mundo inteiro. Por trás da obra de um Olmos, de um Sahagún, de um Mendieta sente-se a ambição de preparar o material de uma grande empresa de tradução integral, de um grande repertório nahuatl-espanhol e espanhol-nahuatl.

Ora, após o desaparecimento quase total dos Manuscritos pré-cortesianos (apenas 17 dos milhares de que falam as fontes) é exatamente este patrimônio "traduzido" que é o nosso único recurso e a nossa única luz para compreender o *ethos* asteca.

ESCOLHOS DA "TRADUÇÃO"

O ponto de partida decisivo foi que os Nahuas possuíam, em domínios precisos, sistemas de escrita extremamente desenvolvidos. Tinham também hábito de transmitir oralmente uma parte importante de seu patrimônio cultural. Enfim, o nahuatl era uma língua que se prestava morfologicamente a este novo destino de "língua franca" que os Padres lhe impuseram.

Naturalmente, as coisas não se passaram de maneira tão esquemática e idílica; a realização deste projeto de despossessão chocou-se em primeiro lugar com a situação conflitual das duas partes, com sua *forma mentis* igualmente complexa e irredutível, com as condições profundamente desiguais da troca. Nem as finalidades últimas nem a relação dominante/dominado podiam ser, em momento algum, esquecidas nessa estratégia em que a própria cultura indígena devia oferecer-se para melhor ser vencida.

Mas, a despeito de tantas dificuldades, as Ordens, sobretudo a Ordem Franciscana, realizaram no México e, para a língua nahuatl em particular, uma obra de excepcional importância. Desejosos de levar a cabo sua conquista espiritual, quando aperfeiçoaram, a custo de um imenso esforço de paciência, método e invenção, seu sistema de transcrição em caracteres latinos, não deixaram insondado setor algum da vida anterior de suas novas ovelhas. Suas investigações foram verdadeiramente globais e exaustivas e proporcionaram-se os meios mais apropriados para este fim. Se a política da

Coroa para com as Ordens e as línguas indígenas, bem como o esgotamento progressivo das fontes vivas desta investigação na escala de um continente, pararam por volta do fim do século XVI, é justo que se reconheça que esta empreitada nunca foi igualada.

Abster-se-á de abordar aqui os problemas específicos das fontes: intervenções orientadoras dos pesquisadores, omissões e ocultamentos dos informantes, sua progressiva aculturação, para nos atermos apenas àquele fundamental, que propõe a tradução integral de uma cultura para uma outra, a passagem de um sistema de signos para um outro.

Esta dificuldade, que o intenso comércio indo-espanhol dos primeiros anos de contato conseguiu reduzir além de qualquer esperança, não eliminou escolhos que eram praticamente incontornáveis. Os lingüistas da primeira geração, a mais importante e a mais empírica, não cuidaram – e como poderiam fazê-lo – de fixar regras claras e uniformes capazes de verter em grafia latina o som exato de palavras bastante semelhantes, mas de sentido inteiramente distinto, quando não oposto. Os lexicógrafos do século XVI, apesar dos seus verdadeiros feitos classificatórios (pense-se nos aproximadamente 24.000 vocábulos recenseados por Molina) puderam registrar apenas parte do patrimônio lingüístico nahuatl porque ignoravam a própria existência dos referentes que teria sido preciso traduzir. Suas investigações estavam limitadas pelo horizonte europeu, quando não medieval e espanhol, que os inspirava.

Mas é preciso reconhecer entretanto um fato capital: se os Astecas falam, é graças à curiosidade, ao método, à perseverança dos Espanhóis. São eles que permitem hoje um discurso, parcial e partido talvez, mas assim mesmo, um discurso, sobre um mundo que todas as infelicidades da história iam logo fazer desaparecer. Na verdade, parece quase milagroso que o trabalho e a paixão de um punhado de espanhóis tenham conservado, mesmo que distorcido e mutilado, um patrimônio que teria podido desaparecer sem deixar vestígios, como ocorreu na história de tantos impérios da África, Ásia, e da própria América, de que não nos restam senão pedras mudas e enigmáticas.

OS DESTINOS DA “TRADUÇÃO”

Foi dito, com razão, que é sempre em relação ao mundo indígena que os Mexicanos, homens de cultura, políticos e historiadores, determinam-se. Os comportamentos individuais e coletivos a isso se referem constantemente sem talvez medir de modo consciente a qualidade e influência desta reflexão dialética permanente. Nessas condições, teria sido natural que a expressão literária da identidade asteca, transmitida na obra imensa de Sahagún, de seus alunos e confrades, tenha recebido uma atenção privilegiada, tenha sido um dos instrumentos de deciframento dos mais utilizados e dignos de crédito da especificidade tenochca. Ficar-se-á surpreendido com o contrário, constatando-se que, longe de ser um dos domínios mais explorados e fecundos em resultados, o estudo das fontes literárias nahuatl e maya, por um concurso de circunstâncias, que não se devem apenas ao acaso, tenha ficado à margem das preocupações e do projeto cultural da sociedade mexicana de nosso século.

Vários fatores conduziram a esta situação profundamente prejudicial: a

dispersão dos documentos em numerosas bibliotecas da América e Europa, que não facilitou nem sua utilização crítica nem sua comunicação aos especialistas; a penúria de estruturas de ensino e tradição pedagógica de nível superior e, por conseguinte, o número relativamente modesto de pesquisadores e especialistas nesta disciplina; a falta de coordenação entre os diferentes centros que, através do mundo, ocupam-se desta literatura, impedindo desse modo a circulação das pesquisas, o trabalho de equipe e o estabelecimento de iniciativas de envergadura.

Mas o que prejudicou estranhamente os estudos literários (nahuatl e maya) foram os resultados espetaculares da arqueologia e as prioridades da antropologia social. Entre esses dois protagonistas do imaginário e do cotidiano mexicano, a literatura nahuatl, reclusa nos mistérios de sua língua marginalizada, de seus documentos esquecidos ou dispersos, de seus cursos universitários sem brilho, não soube nem pôde impor-se como um instrumento capaz de explicar o *ethos* asteca, de ajudar a ler as pedras da arqueologia e de melhor fazer entender os arcanos de um povo a quem os persistentes esforços de integração nunca poderiam fazer esquecer sua pertença primeira.

ARQUEOLOGIA, ANTROPOLOGIA SOCIAL E FONTES LITERÁRIAS

No fervor generalizado que, no século XX, acompanha a ressurreição do indigenismo, distinguir-se-ão objetivos privilegiados e omissões inquietantes. Lembrar-se-á que já o rei Carlos III (o mesmo que havia descoberto e recolocado em "circulação" Herculano e Pompéia) havia dado ordens para que explorações fossem realizadas em Palenque e que Carlos IV, após a emoção de ordem estética que acompanhou a descoberta, no México, da Coatlicue e da Piedra del Sol em 1790, ordenou, no início do século XIX, que as pesquisas arqueológicas se estendessem a todo o território mexicano. Após a guerra da independência, fundou-se no México, nos locais da Biblioteca Universitária, um Museu de antigüidades. Em 1865, o imperador Maximiliano fez com que se transportasse essas coleções ao Palácio Nacional, onde ficaram até 1964. Benito Juarez não esqueceu o novo Museu, símbolo palpável e visível da grandeza mexicana e, em geral, todos os regimes, daquele de Porfirio Diaz aos da Revolução, dedicaram um interesse alentado por resgatar, conservar e estudar os monumentos arqueológicos; tal interesse culminou com a inauguração, em 1964, do Museu de Antropologia, que é incontestavelmente um sucesso nesse domínio em escala mundial.

Em geral, esta obra de exumação e de valorização das antigüidades pré-cortesianas pouco ou quase nada teve a ver com os textos literários ou históricos nahuatl. Em compensação, tão logo pôde a revolução executar seus projetos, tentou unificar os métodos e objetivos da arqueologia com os de uma generosa e clarividente recuperação social e econômica das zonas indígenas em questão. A partir deste momento, as campanhas de escavações foram acompanhadas pelos programas de integração cultural das populações indígenas e a ênfase foi dada quase que exclusivamente ao estudo e à análise do passado arqueológico e das técnicas de inserção das etnias indígenas antes que aos meios de compreender sua especificidade cultural, transmitida através de um patrimônio lingüístico, gestual, musical, diretamente ligado às tradições pré-hispânicas e, sempre muito vivo. Esta opção que alguns como

Fernando Benitez, fustigaram com muita freqüência, explica parcialmente os atrasos e as orientações da escola mexicana de língua e literatura nahuatl. Esta, com efeito, chegada em último lugar às honras dos programas acadêmicos, acumulou atrasos bastante surpreendentes e parece apoiar seu procedimento, por um lado, nas aquisições cada vez mais espetaculares da arqueologia e, por outro, nas teorias de um setor do indigenismo.

As datas do ensino e dos trabalhos práticos da arqueologia e da antropologia cultural situam-se no fim do século XIX e início do XX, ao passo que as que se referem ao ensino universitário, às pesquisas e publicações das fontes literárias e lingüísticas nahuatl são muito mais tardias. É preciso, com efeito, chegar aos anos 60 de nosso século para encontrar uma série de publicações, cátedras universitárias, Institutos de pesquisa, revistas que se dediquem exclusivamente a este setor.

É sobretudo a obra do padre Garibay que é preciso aqui recordar, e a de seu aluno e continuador, Miguel Leon Portilla. Suas pesquisas e, por conseguinte, suas interpretações fizeram-se na órbita de um setor do indigenismo mexicano. Não que se trate de filiação ou obediência, mas de participação em uma opção sobre a natureza e a seqüência da história asteca que vigorou por bastante tempo e que responde aos projetos cíclicos de reabilitação da cultura asteca frente às negativas e repúdios de que foi objeto. É de notoriedade pública que, desde o contato, todas as fontes favoráveis ou desfavoráveis aos astecas tropeçavam no problema dos sacrifícios humanos, terrível e irrefutável a um tempo. Apesar de se saber a que idéias religiosas correspondiam estes ritos, o quadro desses horrores perpetrados aos milhares e de que existia mesmo uma teorização recolhida pelos etnógrafos do século XVI da própria boca dos sábios, levava os especialistas a apreciações antitéticas da cultura asteca: ou encontravam-lhe circunstâncias atenuantes que pudessem ir da negação pura e simples dessas perversões à sua interpretação puramente simbólica, ou então (é a tese que prevaleceu progressivamente) estes sacrifícios humanos eram encarados como o fruto de um desvio, de uma degenerescência do sistema meso-americano, de uma sede desmesurada de poder dos chefes astecas.

SIMBOLISMO LITERÁRIO E IDENTIDADE

É neste contexto conflitivo, que coloca problemas de ordem científica e patriótica, emocional e nacionalista, que se insere cronologicamente a contribuição dos especialistas mexicanos da literatura nahuatl. Uma de suas funções, excetuada a obra de tradução e explicação das fontes indígenas que empreenderam com uma fecundidade e resultados absolutamente excepcionais, foi oferecer ao *corpus* controvertido das doutrinas sobre os Astecas, novos elementos, esclarecimentos textuais muito apreciados e rapidamente adotados.

As contribuições podem resumir-se em três pontos principais:

- a literatura nahuatl é ao mesmo tempo a expressão e a prova da complexidade e da venerável antigüidade meso-americana da *fachada asteca*;
- a literatura nahuatl é o lugar em que melhor se exprimiu a oposição

entre as opções militaristas e imperiais da Huitzilopochtli e as do humanismo originado de Quetzalcoatl. No Estado mexicana, ao lado do projeto do *Pueblo del Sol*, existia o dos sábios, dos Tlamatinimeh, afirmação que restitui assim aos astecas o benefício da dúvida metódica e histórica face à sua *Leyenda negra*;

- a literatura nahuatl mostra através de seus autores, a organização social da atividade poética, sua disposição retórica e, naturalmente, seus temas específicos, uma existência real e autônoma que faz dela uma manifestação integral e não uma atividade ancilar do projeto religioso e político-social mexicana.

Tais aquisições constituem hoje, de fato, uma das peças mestras do debate indigenista e vêm inserir-se quase institucionalmente na discussão nunca interrompida e cada vez matizada que, falando dos Astecas de ontem, olha, julga e acompanha os de hoje.

Seríamos tentados a dizer que diante dos triunfos da arqueologia, que conseguiu um discurso ao mesmo tempo diversificado e diacrônico, os literatos sentiram a exigência de um mesmo procedimento. Por extrapolação, fizeram falar as fontes – mais segundo seu projeto do que pelo que diziam efetivamente. Assim, embora os textos nahuatl não falem senão da realidade asteca do século XVI, esta foi recuada para uma outra proto-história, considerada mais nobre, mais apresentável. Seus testemunhos foram solicitados num sentido que trai, talvez, seu alcance e sua natureza. No entanto, é oportuno reconhecer que os estudos recentes e as tendências que manifestam levam-nos a pensar que esta etapa está ultrapassada.

Muito em breve, os textos literários nahuatl serão estudados pelo que são, isto é, como expressão acabada de um momento da história asteca. Esta não necessita ser artificialmente envelhecida, edulcorada ou interpretada à luz de outras preocupações e outras culturas. Isto seria uma outra manifestação das inúmeras alienações e escamoteamentos por que passou nestes últimos 500 anos. Esta história precisa apenas ser apreciada na lógica, no rigor de sua personalidade verdadeira e em toda a extensão de seus testemunhos. Mas o valor simbólico da literatura nahuatl tornou-se muito importante na definição da identidade mexicana. Todo questionamento de seus conteúdos e de sua mensagem aparenta-se a um crime de lesa-pátria que poucos especialistas e historiadores estão dispostos simplesmente a enunciar. Contudo, o tempo das revisões parece não só aproximar-se como também dever ocupar o cenário. Não é espantoso que os filósofos estejam no encalço dos literatos e que estes respondam finalmente aos inúmeros apelos que o padre Garibay repetia a cada página de suas obras, exigindo rigor, exaustividade e uma metodologia atualizada na consideração dos manuscritos disponíveis e esquecidos, único recurso para ampliar, esclarecer diferentemente e restituir sua autenticidade.

O ESTADO ATUAL DAS PESQUISAS

É o apelo que o conjunto dos especialistas lança doravante com uma veemência cada vez mais justificada desde que três grupos de iniciativas recentes abalaram certos pontos que pareciam definitivamente adquiridos e mostraram a fragilidade das hipóteses que enumeramos acima:

1. a publicação de alguns trabalhos de lingüística nahuatl (Karttunen e Lockhart, Launey, Changerer) que modificam nossa sistematização e, por conseguinte, nosso procedimento lingüístico em relação às fontes;
2. a publicação, em edição crítica, do *Codex Florentinus*, terminada em 1983, e de sua tradução, para o inglês, de Dibble e Anderson, a publicação dos textos nahuatl sobre o corpo humano por Lopez Austin (1981), a edição crítica dos *Cantares Mexicanos* por Bierhorst (1986);
3. a exigência expressa, diante dos problemas cada vez mais espinhosos que levantam a textologia e a tradução das fontes, pelos mais ilustres especialistas dos estudos nahuatl (Portilla; Lopez Austin; Martinez) de uma série de reuniões visando discutir, normalizar e tornar cientificamente inatacáveis as traduções utilizadas até aqui de maneira demasiado subjetiva e iterativa;
4. finalmente, a iniciativa da UNESCO que visa empreender o inventário, a educação crítica e a tradução dos manuscritos nahuatl e maya, isto é, o itinerário ideal descrito neste número para a salvaguarda da memória escrita do século XX. Os tempos parecem pois propícios, na véspera do 5º Centenário do encontro dos dois mundos, para que este patrimônio, que jaz mudo e esquecido nas Bibliotecas e Arquivos do nosso planeta, possa finalmente receber o tratamento que a pesquisa internacional reservou e reserva progressivamente às grandes culturas da humanidade.

No século XV ocorreu o grande retorno renovador dos clássicos greco-romanos, no XIX, a emergência do Egito, das civilizações da bacia mediterrânea e do Oriente Médio, no XX, a África, a Oceania, a Índia, a China, o Japão reencontraram ou reinterpretaram as fontes principais de suas escrituras milenares. Neste fim de século devemos responder ao desafio que os Índios de Anahuac e os Espanhóis do XVI nos legaram, constituindo o conjunto dos arquivos escritos da memória americana.

É preciso no entanto prever, já, que as operações preconizadas pela UNESCO sacudirão a imagem canônica do mundo asteca, porque o tratamento rigoroso e exaustivo das fontes, o impacto das novas traduções, levarão às mesmas conseqüências ideológicas provocadas no século XV pelo contato mais completo e fiável com os textos gregos.

O EXEMPLO DOS CANTARES MEXICANOS

A recente edição crítica integral dos *Cantares Mexicanos*, publicada em 1985, desencadeou, por exemplo, essa revisão/revolução hermenêutica. A escola tradicional considerava os *Cantares* a expressão do desespero dos Sábios e Reis Astecas diante do inelutável, e incompreensível, desmoronamento dos mundos. Pessimismo absoluto de uma sociedade em crise que duvida de si mesma, interroga-se sem esperança e refugia-se nas consolações de uma comunidade de espíritos que partilha de uma fé diferente e herética relativamente à cosmovisão oficial. Esta fé é a da poesia considerada expressão do além, fundação estética do mundo, laço e lugar de reconhecimento e

solidariedade dos homens, única dimensão capaz de apaziguar e compensar o irreversível enigma da vida.

Esta leitura era autorizada por uma aproximação lingüística que preconizava algumas equivalências semânticas sugestivas, mas arriscadas, e traduzia os textos segundo chaves que transitaram depressa do estatuto de hipótese ao de códigos indiscutíveis.

Esta leitura baseava-se também numa abordagem manuscritológica arbitrária, que cortava as muito longas seqüências das composições originais em uma série de poemas reduzidos e descontextualizados, liberava os textos assim obtidos de qualquer referência à atualidade asteca do século XVI (a data da coleta e transcrição do Manuscrito gira em torno dos anos 1580) e, traduzia-os em versificação tradicional espanhola, que lhes modificava o sentido e o funcionamento verbal.

Sobre esta opção textual e lingüística os exegetas basearam sua interpretação dos *Cantares* como expressão suprema do conflito que existia entre a mística guerreira do *Pueblo del Sol* e o ideal de *Flor y Canto* desenvolvido nas reuniões cortesias dos reis de Texcoco e Tenochtitlan.

Finalmente, 400 anos após a data provável de sua coleta, John Bierhorst publicou a edição crítica completa do Manuscrito e fê-lo de uma maneira que transforma radicalmente os dados do problema. Pela primeira vez, o Manuscrito é oferecido em sua verdadeira seqüência e não segundo agrupamentos temáticos arbitrários, a "lectio" do copista está integralmente reproduzida, e cada composição pode enfim ser apreciada em toda sua extensão e não desmembrada em *haiku* desencarnados que não existiam como tais.

Bierhorst assume a extrema dificuldade do texto, mas em vez de propor equivalências semânticas pessoais, estabelece um dicionário nahuatl-inglês, próprio dos *Cantares*, considerado um sistema lingüístico à parte, tendo um funcionamento interno e códigos específicos que se podem decifrar após se ter examinado, e encontrado, as leis gramaticais e lingüísticas que se concluem do Manuscrito.

Eis porque Bierhorst propõe que o famoso "disfratismo" flor/canto seja interpretado como sinônimo de guerreiro morto, e de espírito de guerreiro que desce. Os *Cantares* tornam-se assim verdadeiras cerimônias de invocação que pontuam a chegada e partida dos espíritos tutelares dos Astecas do século XVI, e não a ocasião – historicamente improvável – de disputas cortesias ou heterodoxas atribuídas aos responsáveis supremos da ideologia oficial. Através dos códigos impenetráveis de metáforas e disfratismos, utilizados como arma de guerra secreta, os *Cantares* descrevem, na realidade, as cerimônias de invocação e retorno dos reis fundadores e instauram, sem preâmbulos, o processo dos acontecimentos que levaram à derrota (provisória) da Cidade.

Trata-se da descrição de uma viagem e de uma volta ardentemente desejadas, ligadas de modo profundo às histórias divinas e civis dos Astecas. A descida do céu dos espíritos que voltam, aliados e inimigos, permitia, assim, ao auditório, assistir à reprodução de batalhas históricas e consentir catarticamente na manipulação de acontecimentos passados para que o cantor e a platéia sássem vitoriosos das provações do presente. Uma das constantes da historiografia asteca era a de queimar, esquecer ou mudar a narrativa dos eventos não favoráveis aos Mexicanos.

Nos *Cantares* assistimos a uma verdadeira manipulação da história com

vistas a afirmar a continuidade do prestígio de Tenochtitlan: os *Cantares* deviam servir para reestrear os laços da solidariedade tenochca, intimidar um eventual auditório inimigo e sublimar, na esperança de uma desforra, a triste situação atual.

UM CANTO DO CISNE?

Diante do desmoronamento militar do Império, a desestruturação da sua vida religiosa e social, os autores destes cantos parecem reagir de uma maneira, que é muito original, e que constitui, sem sombra de dúvida, um dos testemunhos dos mais prováveis e desconhecidos, da luta pela ilustração, defesa e sobrevida da identidade tenochca.

O *Corpus* dos *Cantares* constitui um esforço em que se resume e esgota, em derradeiro grito, a vitalidade de uma cultura que conhece suas grandezas, mas também conhece as alternâncias cíclicas de suas vitórias e derrotas. Os cantos intervêm para reafirmar a confiança e o orgulho tenochca num mundo que morre rodeado de opressores, traidores ou reticentes tradutores e que se refugia numa guerrilha codificada, nos repertórios seculares que retoma, reutiliza, traveste num último impulso de criatividade.

Os textos dos *Cantares* ultrapassam o evento, não o discutem nem o aceitam, opõem-lhe a vitalidade messiânica da herança histórica de que são os últimos evangelistas:

*“Rodeada con circulos de jade perdura la ciudad,
irradiando reflejos verdes cual quetzal esta Mexico aqui.*

*Junto a ella es el regreso de los principes:
niebla rosada sobre todos se tiende.*

*Es tu casa, autor de la vida,
aqui imperas tu: en Anahuac se oye tu canto
sobre todos se tiende!*

*De blancos sauces, de blancas espadanas
es mexico la mansion.*

*Tu, como garza azul vienes volando,
tu eres el dios.*

*Sobre ella tu abres tus alas,
arreglas tu cola: son tus vasallos:
en todas partes tu imperas
desde Mexico.”⁴*

O ÚLTIMO GRITO DA RAÇA TENOCHCA

A descoberta de Bierhorst é fundamental, não só porque restitui em sua integralidade o projeto geral da coletânea, suas inúmeras variações, suas riquezas, mas também porque faz reviver a batalha aí travada pelos sobreviventes indomados da grande derrota. Dir-se-ia que para esta última fala, que é afirmação de identidade, reivindicação de uma grandeza perdida para sempre, programa vital projetado no futuro e no além, os cantores anônimos que

(4) N. da T.: Mss. *Cantares Mexicanos* da Biblioteca Nacional de Mexico, fol. 22, v² – 23ro.

são seus autores tenham convocado, condensado, sublimado tudo o que uma história jovem e milenar ao mesmo tempo havia acumulado. Nunca o mundo asteca falara com tanta majestade, nunca seus ritos tão bem nos mostraram sua profunda lógica, e não nos parece deslocado comparar este adeus derradeiro, esta última estação da palavra asteca com um fenômeno que outras culturas conheceram. Quando uma época, historicamente determinada, chegou a seu ponto de ruptura e crise, torna-se fonte de inspiração, consolação, paradigma. É assim que o mundo pré-helênico encontrou, no momento exato em que se desintegrava, a voz da poesia que o salvou do esquecimento; os poemas homéricos, tão anônimos quantos os *Cantares*, tornaram-se uma das mais altas expressões desse mundo legendário.

Ariosto e Tasso souberam, cada qual à sua maneira, recolher a herança da época cortês e da grande empresa das Cruzadas. Os *Cantares* são o canto do cisne de uma civilização, e este orgulho, esta coragem, esta fé na continuidade subjacente de sua mensagem interpelam seus leitores de maneira nova e fecunda.

A etapa atual dos estudos nahuatl, que lhes diz respeito, após as incertezas e solidão dos procedimentos científicos passados, está em vias de torná-los o que sempre deveriam ter sido, isto é, o lugar textual, o Livro em que se reconhecem, emocionam-se e operam os que são seus destinatários há séculos. Um concurso de circunstâncias retardou a incorporação autêntica e não demagógica deste último grito da raça. As condições parecem agora reunidas para que o México o assuma não como um vestígio arqueológico de sua proto-história, mas como um elemento indissociável de sua profunda personalidade cultural. A própria natureza dos *Cantares*, com seu segredo ciosamente guardado através dos séculos e as duplas leituras que autorizam, convida ao reconhecimento pleno de uma das heranças culturais mais significativas da humanidade. As interpretações que se completam e se enriquecem mutuamente, a da escola mexicana e as da nova textologia nahuatl, restituem-nos finalmente um testemunho de fidelidade e sobrevivência, que transforma a derrota militar em peripécia dolorosa de onde se eleva, forte e maravilhosa, a voz imortal da América inteira.

Recebido em 20/7/89

ABSTRACT

The importance of manuscripts' study is based on fact that it gives us a forgotten culture and history of mankind. This study is valuable to comprehend not only the Greco-Latin humanity or the Judeo-Christian religiousness, but also the recapture of American origin in Aztec society.

Key-words: manuscripts – nationality – intercultural dialogue – greek texts and Renaissance – Aztec writing – Spanish conquest – critique edition.